

Companheiros (as), segue texto com os encaminhamentos aprovados no último dia do Seminário sobre o SUT – Sistema Único de Trabalho.

1. Rejeição do projeto do SUT – Sistema Único de Trabalho, dentre outros motivos, porque viola a Constituição e as Convenções números 81, 88 e 160 da OIT, fragiliza as SRTEs, GRTEs e ARs, precariza a situação funcional dos servidores do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, permite a terceirização no MTE burlando TAC entre o MPOG e o MPF; 2005 ou 2006. Antes de quaisquer mudanças tão complexas como a que sugere um Sistema Nacional de Emprego, é essencial que se fortaleça e dote o órgão de um quadro de pessoal valorizado e ampliado. Conforme as competências Constitucionais, das Convenções retrocitadas da OIT e, enfim, porque ameaça a inspeção do trabalho, que estaria submetida a um conselho integrado por representantes patronais e comprometendo as garantias dos direitos trabalhadores;
2. Exigência do fortalecimento do MTE considerando as demandas já reivindicadas e atuais de seus servidores e as necessidades dos trabalhadores do país;
3. Criação do Fórum Nacional Permanente dos servidores do MTE, composto por seus servidores e suas representações nacionais;
4. Manifesto conjunto pela rejeição do SUT – minuta apartada;
5. Criação da Lei Orgânica da Fiscalização do Trabalho e do Plano de Cargos e Salários para os servidores administrativos, haja vista que as inexistências da LO e do PCS acima impedem as ações das políticas públicas e as de apoio à inspeção do trabalho, fragilizando o órgão, os interesses e garantias dos trabalhadores do país;
6. Reposição de servidores mediante concurso público em decorrência da insuficiência de pessoal do quadro permanente para atender as demandas em face das relações de trabalho e emprego a uma; e a duas, em decorrência da alta rotatividade de servidores administrativos, em função das desvalorizações e das precárias condições de trabalho;
7. Realização da Conferência Nacional para discutir o Sistema

Nacional de Emprego e o fortalecimento do MTE promovida pelas entidades sindicais nacionais que representam esses servidores; precedida de uma plenária nacional que definirá o formato do evento retrocitado;

8. Criação de egroups dos integrantes desse debate e aberto para a base;

9. Condicionar qualquer debate sobre a concepção de política de trabalho e emprego à imediata e preliminar política de fortalecimento do MTE;

10. Que qualquer debate sobre o desenvolvimento e a decisão de novas políticas conduzidas pelo MTE seja previamente garantida amplamente a participação de seus servidores de carreira;

11. Exigir do Ministro a imediata instalação da mesa nacional de negociação dos servidores do MTE com as entidades representativas de seus servidores com estas reivindicações e as demais já enviadas pelas respectivas entidades acima;

12. Realizar campanha conjunta informando a sociedade geral os prejuízos e ameaças às garantias e direitos dos trabalhadores em razão da precariedade existente no MTE e as interdições das SRTEs;

13. Orientar as entidades acerca da criação de fóruns ou frentes nos estados pela a defesa do MTE;

14. Que o MTE envie todos os esforços perante a Casa Civil e Presidência para a Regulamentação da Convenção 151 ouvindo as representações nacionais dos servidores públicos federais;